

DA MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA: POR UMA GESTÃO FORMATIVA DOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

FROM THE UNIVERSITY MEMORY: FOR A FORMATIVE MANAGEMENT OF INSTITUTIONAL SPACES

Fabília Vellasquez Paiva¹
Antonio José Barbosa de Oliveira²

RESUMO

O presente estudo buscou analisar a gestão da memória no contexto da universidade pública brasileira, com recorte em uma universidade federal a partir da relação direta de seus autores, no território do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa teórica, que busca problematizar o tratamento dado à composição da memória, que é contínua, ainda que alguns resquícios da história institucional estejam sendo considerados ao longo de sua existência. O estudo buscou diálogo com autores que têm se dedicado ao diálogo sobre memória individual e coletiva – tais como Halbwachs (2013) e Le Goff (2013); e social e institucional – tal como Oliveira (2002), buscando suporte para um repertório de fomento à reflexão do que os espaços acadêmicos, e a Universidade em particular, têm conseguido difundir como memória-história. Por meio da Teoria Semiociológica (CHARAUDEAU, 2014; 2005), analisamos alguns vestígios da história, que ainda se mantêm pelo suporte de um sítio de um Centro de Memória. Pelos resultados, percebemos a ausência de uma memória também individual, em um processo cuja centralidade tem buscado mais a história do que a memória institucional em si. Tal realidade, em nossa discussão, pode representar uma perda de identidade efetiva, bem como uma descontinuidade memorial de todos os sujeitos que compõem e que compuseram aquele espaço – o que nos coloca a propor, nas considerações, a presença de um memorial de formação, atribuindo valor a essas diversas construções das lembranças, e ao território de formação que pode ser a academia, inclusive quando trabalha, em gestão, seus processos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão da memória; Instituição; Universidade.

ABSTRACT

The present study sought to analyze memory management in the context of the Brazilian public university, with a focus on a federal university from the direct relationship of its authors, in the territory of the state of Rio de Janeiro. This is a theoretical research that seeks to problematize the treatment given to the composition of memory, which is continuous, even though some remnants of institutional history are being considered throughout its existence. The study sought dialogue with authors who have been dedicated to dialogue about individual and collective memory – such as Halbwachs (2013) and Le Goff (2013); and social and institutional – such as Oliveira (2002), seeking support for a repertoire to foster reflection on what academic spaces, and the University in particular, have managed to disseminate as memory-history. Through the Semiociological Theory (CHARAUDEAU, 2014; 2005), we analyzed some traces of history, which are still maintained by the support of a site of a Memory Center. From the results, we perceive the absence of an individual memory, in a process whose centrality has sought history more than institutional memory itself. Such a reality, in our discussion, can represent a loss of effective identity, as well as a memorial discontinuity of all the subjects that compose and that composed that space - which makes us propose, in the considerations, the presence of a formation memorial, attributing value to these various constructions of memories, and to the training territory that the academy can be, including when it works, in management, its historical processes.

¹ Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutora em Educação pela UFRJ, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Possui especializações nas áreas de Educação Especial (UNIRIO). Mestre em Educação pela UFRJ e em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV/RJ.

² Professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ. Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFRJ). Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e Estágio Pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Memory management; Institution; University.

1 INTRODUÇÃO: MEMÓRIA DA OU NA UNIVERSIDADE?

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.

Walter Benjamin³

Em diálogo com Walter Benjamin, na epígrafe desta comunicação, queremos destacar a relevância da memória e da história institucionais para o processo de gestão. Com olhar atento e cuidadoso para tudo o que foi possível de ser vivido, em cada contexto histórico, não apenas fortalece as relações de troca entre os partícipes de uma organização, como especialmente pode viabilizar uma reflexão crítica dos caminhos e das tomadas de decisão que puderam ser realizadas em um determinado período.

Partimos de uma análise, neste artigo, que pretendeu discutir sobre o tripé gestão, memória e instituição, pelo lugar de outra Universidade, coirmã da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mais especificamente de seu campus principal, no município de Seropédica, no estado do Rio de Janeiro. Pela experiência relacional e de docência nessas instituições entre ambos os autores, considerando-se esses dois universos da academia – a partir da UFRJ e da UFRRJ – o estudo teórico buscou investigar sobre possíveis ações e sistematizações, em continuidade, sobre o que chamamos de **gestão da memória**.

Buscamos analisar, para tanto, à luz de referenciais críticos sobre gestão universitária, formação e memória, se tem havido espaço, nas instituições universitárias, para uma gestão formativa de sua memória coletiva. Tomamos como referência esse problema, a partir da UFRRJ como locus de investigação, em função de não se ter percebido, em algumas gestões superiores que assumem a Universidade, a garantia de preservação dessa memória, que também perpassa pela história institucional, ainda que tenham sido servidores eleitos democraticamente pela comunidade para o exercício daquela função – entre reitores e pró-reitores.

Temos compreendido, assim, que essa descontinuidade pode gerar perdas para a composição do acervo daquele espaço, além da não percepção de que o trabalho com a memória faz parte de um processo formativo – de revisão, de criticidade, de composição institucional.

³ BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I, II, III**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Seria, em nosso entendimento, um problema de pesquisa que se alicerça por meio de um problema de **(não ou má)** gestão da memória.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, campus principal, é uma universidade centenária, de tradição agrária, e que apenas ao longo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁴ começa a pensar cursos para a formação humana e social em graduação: ciências humanas e sociais. Está localizada na Baixada Fluminense, na cidade de Seropédica, e está circunscrita por municípios que têm, historicamente, uma composição afetada por processos de violência e de desrespeito à garantia de direitos sociais básicos. São, inclusive, cidades que têm apresentado alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do país.

Por estar localizada em uma cidade afastada da região metropolitana, boa parte de seu público – entre estudantes e servidores – também não conhecem a identidade e a história da instituição. Muitos são estudantes oriundos de outros estados, permanecendo alojados no período de formação, e, apesar disso, nem sempre se articulam com os processos de composição institucional; o que também ocorre com alguns servidores que, por vezes, não reconhecem os caminhos trilhados pela universidade, em seu sentido ampliado.

Ademais, mesmo situada em um município pequeno – e estando, por vezes, como a principal referência local – pouco se observa de uma relação próxima entre a sociedade e a universidade de forma rotineira e/ou sequencial. Há, por fim, a percepção analítica de que ainda carece, na UFRRJ, de uma composição contínua da memória institucional, por meio de seus sujeitos, como forma possível de criar mais diálogos e mais projeções para a Universidade.

Dessa forma, tanto em um contexto local e interno de estrutura organizacional, quando em uma dinâmica maior e do entorno da comunidade universitária, o problema se destaca como uma ausência de composição progressiva não apenas da história, mas de um memorial da Universidade Rural. Considerando, ainda, o início dessa problematização, percebemos o quanto a gestão dessa memória, tecida especialmente por sujeitos que dela fizeram/fazem parte, pode se constituir como uma perspectiva formativa de gestão, com indicação de um processo mais dialógico, participativo e comunicativo dos marcos institucionais.

⁴ O REUNI, programa de apoio a planos e projetos de reestruturação das universidades federais, representou uma possibilidade de as universidades públicas viabilizarem processos de revisão de sua estrutura – considerando-se tanto a natureza de oferta de cursos, quanto, para isso, a ampliação de seus espaços, inclusive físicos, para atender a esse outro corpo discente – como também a proposta de novas vagas docentes para tal movimento de crescimento. Não representa um consenso quanto a sua aprovação, desde o início de sua publicação, em 2007 (Decreto 6.096/2007), com alguns efeitos também de descontinuidade no momento contemporâneo, a partir de 2016. Informações sobre o Programa podem ser acessadas em <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em julho de 2022.

Assim, pelo escopo desse trabalho, como fruto de uma formação continuada em gestão universitária, intentamos, como objetivo principal, propiciar, por meio dessa publicação, a problematização, na UFRRJ, sobre a discussão da preservação da história e da memória, como um processo também institucional. Para tanto, construímos, como objetivos específicos, conhecer, analiticamente, os processos que constituem e/ou já constituíram parte dessa história e da memória, visando aos recursos de divulgação junto à comunidade universitária e ao seu entorno; e debater para construir, junto à comunidade acadêmico-social, uma proposta de gestão formativa da memória e da história institucionais, como parte do processo de gestão memorial, que busque por dispositivos que viabilizem sua divulgação, circulação e publicação.

2 CENTRO DE MEMÓRIA: DA CONSTRUÇÃO AINDA INCIPIENTE

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ conta, há quase vinte (20) anos⁵, com um Centro de Memória (CM/UFRRJ), que se faz composto não apenas de objetos e de registros da história institucional, mas, especialmente, de vestígios e de memoriais de sujeitos, de cursos, de institutos. Trata-se de um espaço físico, na instituição, fisicamente localizado no P1 – nome atribuído ao prédio principal do campus central, em Seropédica – logo em seu primeiro andar e perto da entrada principal deste bloco. Ou seja: a guarda dessa memória também se observa como estrategicamente próxima de quem adentra o prédio, bem como com a população que frequentemente acessa a Universidade para fazer uso dos demais serviços que ali se encontram, como banco e correios, por exemplo.

A atribuição deste Centro foi compreendida, durante muito tempo, como sendo essencial para a localidade e para a instituição, sendo, inclusive, disponibilizado como diretamente vinculado à Reitoria, no quadro organizacional da Universidade, passando depois à Pró-Reitoria de Pesquisa. Há quatro anos, aproximadamente, esse processo vem sendo descontinuado, no entanto. A gestão anterior a que fora recentemente empossada (2017-2020), desmobilizou o espaço físico do Centro de Memória, dispersando muitos de seus registros e resquícios, inclusive de objetos.

Hoje, no ano de 2022, tem havido um processo de recuperação deste território físico para a memória institucional, ainda que o Centro também se mantenha disponibilizado e atualizado com mais propriedade no espaço digital – por meio de uma página – e vinculado à

⁵ Segundo o sítio mantido sobre o Centro de Memória: “O Centro de Memória começou a funcionar em 2002, sendo oficialmente inaugurado em 13 de maio de 2004, e aprovado pelo CONSU em 28 de fevereiro de 2005, como um órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro”. Disponível em <http://r1.ufrrj.br/centrodememoria/>. Acesso em julho de 2022.

Pró-Reitoria de Extensão, a partir do Departamento de arte e cultura. Tal como se destaca no sítio:

O Departamento de Arte e Cultura é responsável pela gestão do Centro de Memória da UFRRJ, do Centro de Arte e Cultura – CAC, espaço que oferece oficinas de música, teatro, artes e dança em diversas categorias, oferecidas não só aos alunos da Rural, quanto a comunidade de Seropédica e cidades próximas. Sua atribuição ainda engloba as atividades do Anfiteatro Gustavo Dutra – Gustavão, que proporciona atividades culturais a comunidade universitária e local de forma gratuita (CM/UFRRJ, 2022).

Essa vinculação departamental pode ter generalizado a ideia da gestão dessa memória e história institucionais, uma vez que se o que tem se observado, nestes espaços, é a difusão muito maior de práticas culturais do que necessariamente de movimentos que busquem, até por meio da cultura, o resgate e a manutenção do memorial da Universidade. Pela própria apresentação do extrato acima é possível perceber quais atividades têm sido privilegiadas neste espaço.

Pelo exposto, consideramos a criação deste lócus como um avanço, mas ainda muito incipiente pela forma como tem se constituído. Com isso, queremos problematizar também sua vinculação a um departamento que, por ações múltiplas (envolvendo dois grandes Centros: o de Memória e o de Arte e Cultura – CAC), acaba por não conseguir gerir, a contento, dois pilares que, apesar de dialogarem, requereriam atenções específicas e especializadas, que contassem, não raro, com profissionais, entre docentes e técnicos, com expertise necessária à sistematização dessa gestão no cotidiano – contando com atividades, por exemplo, de gestão de documentos raros, de um lado (no caso do CM); até outras que envolvam editais de fomento à cultura, de outro (no caso do CAC).

Dessa forma, compreendemos que a retomada do Centro de Memória da Universidade, *também* a partir de diálogos outros que existem no entorno da instituição, pelas comunidades locais, pelos sujeitos que ali ocupam território podem continuar a composição, tão cara, de uma história que se permita com. Partimos, assim, da expectativa de que a composição, em continuidade, desse Centro pode não apenas ser fundamental para uma instituição, como gestão patrimonial, mas também para a sociedade, como gestão social, a partir do momento em que pode recuperar – e sistematizar – muitas elaborações coletivas que compõem a memória do território, da universidade e do contexto, a partir dos sujeitos.

3 DA GESTÃO DA MEMÓRIA: UMA PROPOSTA FORMATIVO-INSTITUCIONAL

Partindo dos **lugares de memória**, na perspectiva de Nora (1993), recorremos a outros autores com intuito de especificar algumas categorias necessárias à análise da composição da memória, como um espaço que pode ser ainda formativo, na Universidade, mas que requer um olhar próprio, também a partir de uma gestão – da **gestão da memória**, como queremos insistir. Ricoeur se apresenta, então, como a segunda voz, suscitando a necessidade de uma narrativa organizadora da experiência humana (2007; 1994), tendo em vista que essa mesma identidade social é composta de narrativas, no plural. Não deveria caber, portanto, uma narrativa única, ou ainda que fosse de um grupo uníssono de sujeitos; afinal, é também na divergência, na correlação de forças pela lembrança, que se pode constituir uma memória coletiva. Ou, ainda, social – e, para nós, com um recorte do institucional.

Neste sentido, Pollak (1992) também nos acrescenta em elaboração de pensamentos que concordam, portanto, com a urgência de um levantamento mais criterioso sobre a compreensão de uma vivência, no nosso caso formativa, que pode ser identificada por narrativas de si, pelas histórias (acadêmicas ou não) de vida, durante um percurso em que pouco se tem espaço para ‘se dizer’ geralmente. A participação ativa de sujeitos, contribuindo para a composição da memória institucional, assim como para continuá-la e para acessá-la, também comporia o diálogo que considera a experiência da memória como uma aproximação entre individualidade e coletividade.

Além desses autores, buscamos também em Le Goff (2013) a consideração sobre o lugar do documento e do registro, como também sendo um “lugar de memória”, socialmente produzido e referenciado, como não oposto à significação de monumento, situando-se no espaço das representações de uma memória contínua. Para tanto, destaca a importância dos sujeitos, como agentes sociais desse processo de composição memorialística, à semelhança do que Halbwachs (2013) destaca quando apresenta sua categoria de “memória coletiva”, enfatizando a relevância dos contextos sociais como base para o trabalho de reconstrução da memória em constante movimento de (in)completude – o que requer, por si só, uma gestão, uma organização institucional.

Esses dois últimos serão, vale destacar, nossos interlocutores por mais tempo neste artigo, justamente por suas contribuições sobre a memória na perspectiva com que vimos aqui dialogando, e especialmente considerando o objeto e o problema por nós definidos a partir da experiência na UFRRJ. Ou seja, pela abordagem de um lugar de memória, que é o Centro de Memória da UFRRJ, a problematização de se ter constituído, neste lócus, uma memória que se

possa fazer/dizer de muitas vozes, por sujeitos variados ou não, e se ainda se faz igualmente difundida a outros tantos coletivos, para além da UFRRJ, inclusive, como forma de preservação e de perpetuação dessa história-memória institucional – sendo, tudo isso, alinhavado pela linha-mestra de um processo que, defendemos novamente, ter de ser compreendido como parte [contínua] da gestão universitária, por seu caráter também formativo.

Em nossa abordagem a memória será entendida como um fenômeno social, ou seja, como elemento construído coletivamente (quer seja por grupos, coletividades, instituições e sociedades) e submetido a flutuações, transformações, constantes mudanças. Embora sejam os indivíduos que se lembram, admite-se que a forma como se lembram e o conteúdo do que lembram é socialmente determinado, ou, ao menos, sofre interferências dessa dimensão coletiva (social). Sendo assim, a memória é uma constituição simultânea, mútua e cruzada da memória individual e da memória coletiva. Outro aspecto que lhe atribui uma dimensão coletiva é que a construção, a manutenção e a atualização da memória social, mesmo em suas manifestações mais individualizadas, dependem estritamente da interação social ou da comunicação intergrupala, erudita e/ou de massa.

Desse modo, compreende-se a memória como uma construção. Ela não nos conduz a reconstituir ou recuperar o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões e nas indagações que formulamos e que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos e de nossa perspectiva presente. A memória também tem uma dimensão processual e o que deflagra esse processo são relações, compartilhamento de desejos, crenças e afetos que, em última instância, se estabelecem pelos “jogos de forças”. Nesse jogo de forças o lembrar e o esquecer estão em constante disputa, mesmo quando o sujeito que lembra se esquece de quantas são “as lembranças que acreditamos ter conservado fielmente e cuja identidade não nos parece duvidosa; são também forjadas quase inteiramente sobre falsos reconhecimentos, conforme relatos e testemunhos cuja origem esquecemos” (HALBWACHS, 2013, p. 93).

Com destaque ainda mais significativo sobre o efeito do tempo na experiência humana de constituir memória, a obra de Halbwachs apresenta sobre ele um (novo) conceito que não mais se conforma como algo linear e homogêneo, em que os acontecimentos ocorrem naturalmente. Não sendo mais uma categoria que determina a caracterização uniforme dos fenômenos sociais, o tempo é, pois, reduzido a mais um meio possível para a compreensão ou organização dos enredos, mas não o único, tampouco o principal.

Ainda buscando nos quadros sociais o entendimento da memória, o autor também apresenta, a partir da ideia de “depoimento” (2013), a perspectiva de que as memórias

individuais não conseguem se realizar sozinhas. Ao explicitar, com isso, o conceito do “eu” na capacidade humana de “depor” sobre os fatos que deseja assumir, também esclarece a importância do conjunto eu-nós-eu, em um movimento circular – do singular ao plural e deste à singularidade novamente das lembranças; e, ao mesmo tempo, composto, esse mesmo nós, de muitos “eus” que se integram e que mantêm, igualmente, sua particularidade.

Entendemos, assim, que essa “comunidade afetiva” (idem) a que pertence cada *eu-memória* só se mantém e preserva também o próprio “eu”, de cada sujeito-lembrança, quando, inicialmente, dialogam com os *grupos-memória*. A coletividade imposta pelo autor, em seus estudos, é tanto a forma possível de se resguardar o que, seletivamente, se quer lembrar, como, neste mesmo sentido, se apresenta como a possibilidade de continuidade dessa mesma memória, por mais individual que ela possa parecer. É, pois, meio e suporte para a composição memorial.

Dessa dialética entre eu e nós, o destaque retoma a categoria *tempo* a partir de outro movimento similar que é a aproximação entre o presente e o passado das lembranças. Assim, Halbwachs nos provoca sobre a memória viva, presente, e que se constitui na materialidade do que se está mais passível de lembrar; e, em outro sentido, pelo passado, a partir de uma memória que, apesar de material, só é lembrada pela (re)construção dos dados, dos fatos, das pessoas. E tanto pelo momento do/no ato, quanto pelos fatos nos trazidos por alguém, a memória, ele afirma, sempre será coletiva. Assim:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2013, p. 26).

O autor, ademais, apresenta a ideia mesma de que dos avanços das memórias individuais há o obstáculo da memória coletiva – sendo a recíproca igualmente verdadeira. A dialética, portanto, atravessa toda a proposta de análise dele quando procura expor, em mais uma assertiva, que é da continuidade da individuação da memória a limitação *na, da e diante* (da) memória coletiva.

Ainda segundo suas reflexões:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma

combinação de influências que são, todas, de natureza social (HALBWACHS, 2013, p. 51).

Em continuidade ao seu pensamento, apresenta a relação entre a memória coletiva e a memória histórica. Propõe, assim, que admitamos a possibilidade de uma memória coletiva autônoma, que dialogue, mas que também possa se apresentar apesar de uma memória individual, no sentido de só existir por ela. Elabora, nesse sentido, a ideia de que há uma oposição apenas aparente entre a memória autobiográfica – destacada por ele a partir da individualidade dos sujeitos – e a memória histórica – aquela que se constitui por algo mais abrangente, geralmente a partir de um acordo coletivo ou de algo compartilhado entre muitos indivíduos.

Ocorre que os elementos que compõem essas memórias – da própria vida ou acordadas em grupo – são oriundos de lembranças reconstruídas ou simuladas. Da memória coletiva de lembranças, interessa ao autor – e a nós, nesta pesquisa – aquilo que é vivido, e não simplesmente o que a escrita, via história, consegue apreender ou inscrever (HALBWACHS, 2013). Afinal dessas vivências em experiência, cujo registro é de quem as vive, é que se fortalecem as memórias individuais e coletivas. Ainda nas palavras do autor: “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (2013, p. 71).

Nesse mesmo sentido, da memória como manifesta em documentos ou dos documentos como parte importante do acervo de memória, aportamos em Le Goff (2013), especialmente quanto a sua contribuição de que, para o documento ser um aspecto da memória, é preciso que resgate, sobretudo, a necessidade da (re)citação como suporte “real” da memória: memória dita e preservada (no que lhe confere ter preservado) e não necessariamente, apenas, escrita. Assim, nos esclarece a partir de três pontos fundamentais: *o comportamento narrativo da memória*, no sentido de conseguir comunicar a outra pessoa aquilo que ela não vivenciou; *os sistemas auto-organizadores da vida humana*, sendo a linguagem produto da própria sociedade; *a linguagem como armazenamento das informações de memória*, até antes da língua falada e escrita. Longe de excludentes, Le Goff apresenta tais elementos como possibilidades de se refletir sobre a memória e com eles dialoga. Vejamos como cada um se revela para o recorte que propusemos neste estudo.

Sobre o primeiro, destacamos a propriedade, concentrada na memória, de narrar – por fatos, por símbolos, por pessoas, por recordações – toda uma história que se tem a contar. É possível, pois, pela memória, recuperar, reafirmar ou mesmo reviver alguns dados ou efeitos

sociais pela memória e sua capacidade narrativa, de concentração de um modo discursivo próprio – daí a importância de uma organização sistemática e conhecedora desse processo, como uma gestão da memória – que não simplesmente reúna documentos materiais e fontes escritas, por exemplo.

O segundo ponto, no mesmo sentido, enfatiza a necessidade dos grupos sociais se auto-organizarem, de buscarem uma linearidade para suas histórias ou, ainda, uma coerência para seus registros no mundo. É possível, agora, pela linguagem, atingir tal efeito organizativo por servir, ela mesma, a uma função social de comunicação. E, uma vez mais, por Le Goff temos a aproximação entre história e memória, que podem ser direcionadas, a partir da instituição, como uma fonte de informações fundamental para compreender o próprio percurso ideal e real por que caminhou a Universidade ao longo dos anos – e queremos, aqui, destacar que lidamos com uma realidade centenária, como é o caso da UFRRJ.

Por fim, o terceiro ponto se dá justamente como o resultado da aproximação dos dois anteriores: se cada grupo social busca uma auto-organização via linguagem, que lhes é oferecida pela narrativa da memória, faz-se preciso pensar nas manifestações linguísticas que vislumbram, de forma escrita ou falada – ou até de uma etapa e/ou ilustração anterior ao signo verbal – formas de armazenamento dessa mesma memória. Independentemente do suporte físico, Le Goff (2013) vai defender, neste ponto, que justamente a memória social, quando valorizada em coletivo por meio das memórias individuais, representa ainda um importante meio de possibilidade dessa “guarda”. É como se a adjetivação da memória – aqui como coletiva, social – assumisse, consigo, a condição de manter sua própria existência. Com isso, reafirmamos, o que vimos aqui propondo de gestão da memória – institucional e universitária – é fundamental para que outros processos de composição dessa história não sejam perdidos ou silenciados a depender do contexto político em que nos encontremos.

Seria, nesta direção, uma consideração da identidade institucional. Em nossa perspectiva, o próprio conceito de identidade já estaria relacionado, vale dizer, à concepção de instrumento que permite uma articulação entre os aspectos psicológico (individual) e social de um indivíduo. Sendo assim, ao nos referirmos à “identidade” (incluindo a ‘identidade institucional’), estamos nos referindo à *resultante* (e não um mero resultado) das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social. Ainda em reflexão, e refletindo sobre os estudos da memória institucional, entendemos que

todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são

idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista) (CUCHE, 2002, p. 177).

A memória institucional, portanto, precisaria já ser tecida a partir da aproximação e do distanciamento, em constante movimento dialético, dos processos individuais e das construções sociais. Porque coletiva, essa memória viria de uma identidade, também, e sempre, em alteridade (entre individual e social), e contribuiria para a continuidade – ou até para o rompimento e/ou revisão⁶ – das marcas identitárias de uma determinada instituição.

4 DA ANÁLISE EM PROCESSO: A GESTÃO, A MEMÓRIA E A UFRRJ COMO INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO

Valorizando-se o ser sujeito da história e seu lugar no mundo, o referencial teórico-metodológico tem procurado contar com as contribuições da Teoria Semiociológica – TS, criada por Charaudeau (2014; 2005), sobretudo por considerar o discurso ligado a fatos de linguagem, pelas diversas formas institucionais de se poder narrar a memória, mas também as interações sociais. Por esse entendimento, optamos, neste estudo, valorizar a pesquisa qualitativa, no recorte da análise do discurso (AD), a partir da análise documental-memorial dos materiais de memória que ainda se encontram disponíveis, apesar de escassos nessa disposição ao público – ainda assim, precisamos considerar sua existência, e até a resistência de sua manutenção, por alguns grupos da UFRRJ, ainda que problematizemos, aqui, a ausência de uma gestão da memória, de forma institucional, contínua e sistematizada.

Charaudeau (2014) discorre sobre um modelo de AD que consegue ultrapassar a perspectiva da AD francesa, ou mesmo da AD Crítica. Pela TS, elaborada por ele, há a valorização de uma problemática comunicacional, que consegue enfatizar os sujeitos da linguagem e suas intencionalidades a partir de uma situação linguageira, geralmente demarcada por um lugar institucional. Contexto e situação, sujeito e discurso ficam aglomerados em torno de um contrato de comunicação, que é institucional, embora nem todos os seus sujeitos tenham consciência de, apesar da intencionalidade.

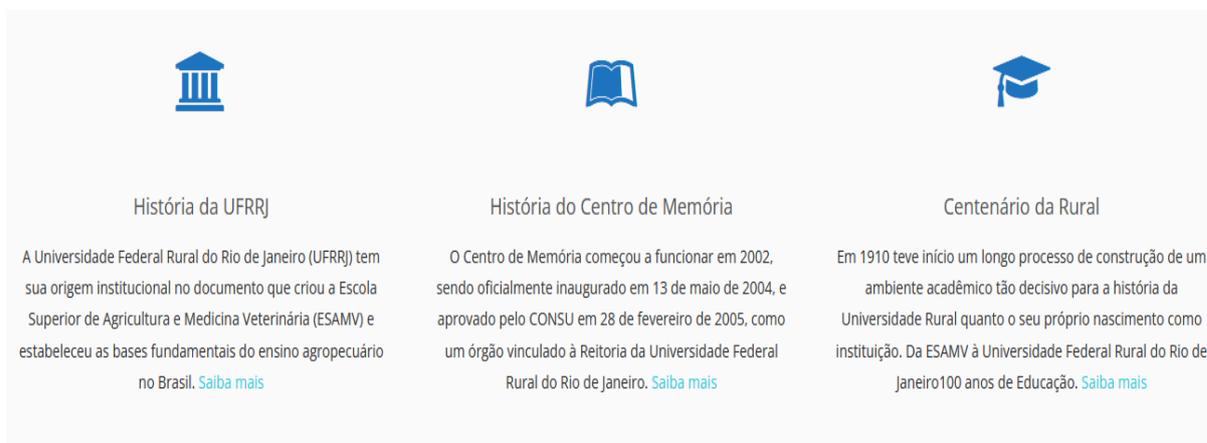
Por meio dessa teoria, especialmente a partir da categoria fundamental dos “contratos de comunicação” (2014), temos tentado compreender se tem sido possível a composição de

⁶ Referimo-nos, aqui, ao próprio processo de reestruturação porque têm passado as Universidades públicas brasileiras, incorporando cursos, programas, pesquisas, pensados a partir das demandas sociais e/ou por exigências institucionais de outros organismos, geralmente deliberativos, como o Ministério da Educação, responsável por autorizar, regular e fiscalizar esses processos. Durante ou mesmo antes do REUNI, como já apontamos, essa identidade institucional – atravessada pela memória – pode reforçar ou remodelar justamente o que se quer para a Universidade.

uma gestão formativa da memória institucional da UFRRJ por meio dos sujeitos que, de alguma forma, se relacionam(ram) com o ela. Para tanto, neste recorte do artigo, optamos por analisar como o único meio de comunicação, de se demonstrar a narração da memória, tem se constituído em composição e em disponibilidade de acesso a todos os usuários/sujeitos interessados nesta história institucional.

Para além da problematização de não se ter, na Universidade, uma construção e um espaço específicos para essa memória – inclusive via sítio tecnológico – queremos também buscar as informações contidas neste mesmo sítio, enquanto o espaço físico se reestrutura, neste momento, para voltar ao público presencialmente, justamente porque as narrativas de memória também não tendem a considerar outras formas de composição de memória – especialmente pelos sujeitos coletivos. Assim, na aba referente ao Centro de Memória, dentro da página que guarda essa composição, temos:

Fig. 1: Aba da página do Centro de Memória, destacando a história-memória da UFRRJ



Disponível em: <http://r1.ufrj.br/centrodememoria/centro-de-memoria/>. Acesso em julho de 2022.

Ao entrarmos em cada aba direcionada, pelo ícone do “saiba mais”, temos textos que narram uma memória única, que pouco se relaciona com os sujeitos que a compõe/a compuseram. É a manutenção inclusive de um texto específico, com a reflexão dos contratos de comunicação, na perspectiva de uma memória em que cuja gestão ainda não se permite múltiplas narrativas. Ainda pelas contribuições de Le Goff, sobretudo pelas memórias presentificadas em memoriais – da memória oral à documental, chegando à inscrita e à escrita – temos podido entender como, em verdade, o documento-memorial de que tratamos até aqui também se apresenta, ele mesmo, como um gênero discursivo: intencional, recortado, do que se pode/quer contar e/ou lembrar; ou, ainda: virar história.

Faltaria, ainda, na perspectiva do próprio Le Goff, a compreensão da representação dos fatos em um processo de memória contínua, a partir dos próprios sujeitos, e em especial pelo uso que atribuem à linguagem para significar seus feitos no movimento da história social. Carece, pois, a história da memória coletiva que o autor coloca em discussão quando nos traz essa preocupação, inclusive para a conservação da necessidade de se ter memórias, no plural.

Se a história trabalha com rupturas, a memória trabalharia com continuidades. Dessa forma, o sentido histórico somente seria produtivo para a vida quando movido pelo olhar que aponta e se lança para o devir e para o futuro, quando nos serve de inspiração para retroalimentação de desejos. Segundo nosso entendimento, tal concepção da historicidade em muito se aproxima das reflexões que serão posteriormente feitas pelos que, como Halbwachs, defendem a memória coletiva como forma de superação das cristalizações promovidas pela história.

Seguindo-se, assim, pela análise, via TS, pela referência dos contratos do que se intenta dizer, e registrar, vemos o quanto o espaço atribuído à “História da UFRRJ”, à “História do Centro de Memória”, e ao “Centenário da Rural” estão longe de representar, na perspectiva com que vimos abordando, a memória coletiva, social e referenciada pelos sujeitos progressos e atuais que continuam a promover a existência da Universidade como instituição pública. Ao evidenciar um contrato que comunica uma história do Centro, uma história da Rural, e, ao mesmo tempo, uma história do centenário, há, em nossa percepção, uma contradição no que se refere à origem e às mudanças pelas quais a UFRRJ passou, especialmente por ter sido a primeira – e até bem recentemente a única – universidade pública na Baixada Fluminense, atendendo a cidades do interior do estado, assim como pelas transformações quanto à oferta de cursos – das áreas apenas agrárias àquelas de formação humana e social. Duas grandes características, como essas, não são fruto apenas de um movimento institucional linear, e, principalmente, “natural” de desenvolvimento acadêmico.

Neste sentido, Halbwachs novamente retorna ao diálogo a partir dessa problematização, via TS, pelos contratos que acabam por recortar a memória institucional. Ingressando no campo do tempo e do espaço, procura estabelecer que a memória histórica, em verdade, pode ser considerada como um improvável conceito, tendo em vista que a história, segundo ele, se apresenta a partir de um “quadro de acontecimentos”, geralmente unilateral. Do contrário, as memórias, individuais ou coletivas, por serem compreendidas como “centros de tradições”, são por Halbwachs (idem) apresentadas como pontos de vista da mesma história. E essa condição de serem variadas as memórias, pelo resgate das muitas tradições em vivência, coloca em

discussão que a preferência da história pode colocar em questão a própria existência da memória. Segundo ele:

Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial (HALBWACHS, 2013, p. 87).

Do memorial contínuo como algo não posto, não fixo, e garantido por uma gestão, que vimos aqui defendendo, temos, em Halbwachs, a necessidade de (re)conceituarmos o tempo e o espaço como estruturas dos centros de tradições. Isso porque, para ele, justamente a ideia de tempo se reflete como mais do que um período: pela ideia de variação, admite a possibilidade de termos tantas durações quanto indivíduos – o que nos permite, hoje, vislumbrar o caráter infinito e não pré-datado do tempo para a memória. A data, ademais, seria um mero quadro da lembrança e não o acontecimento em si, na medida em que a tradição (dos centros memoriais) é coletiva e apenas a cronologia é histórica.

Na mesma percepção, entendemos, como o autor, o conceito que estabelece sobre o espaço. Naquilo que traz com a ideia de memorial, Halbwachs (2013) estabelece que o espaço de memória não pode ser um território único, tanto pela impossibilidade de concentrar tudo o que se tem para registrar, quanto pela incompletude da própria memória de todos os sujeitos envolvidos. Assim:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e as figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa (HALBWACHS, 2013, p. 133).

Voltamos, aqui, à reflexão sobre individualidades e coletividades, entre identidade e memória – especialmente institucionais. E, nesta, com destaque ao contexto acadêmico-universitário. Como espaço de múltiplos campos de saberes e de poderes, a universidade configura-se como lócus de gestação e reprodução de ideologias em disputa por hegemonia. E, como instituição, a universidade também cria mecanismos de controle para a construção de uma pretendida identidade institucional e assim, também confere padrões de identidade a seus membros (OLIVEIRA, 2002, p. 30), exercendo mecanismos de controle sobre suas memórias. Para tal, leva-os a esquecerem de experiências incompatíveis com sua imagem de unidade e correção, trazendo para suas lembranças e mentes acontecimentos que apoiam uma homogeneidade que apaga as diferenças e eventos contraditórios.

Se o sujeito é o indivíduo interpelado pela ideologia, é preciso analisar as filiações ideológicas a que os dirigentes das instituições (em seus diversos níveis hierárquicos) se coadunam, a fim de percebermos a natureza e opacidade de seus discursos, muitas vezes estabilizadores de uma memória institucional que pretende se perpetuar por gerações sucessivas. Ao se unirem, mesmo que circunstancialmente, os sujeitos constituem os *grupos* nas instituições. Consideramos que a percepção das características dos diversos grupos que são formados nas instituições é um aspecto fundamental para a própria compreensão das memórias coletivas que são produzidas.

Os trabalhos que se debruçam sobre aspectos de uma memória institucional não devem prescindir da identificação dos grupos ligados aos fatos históricos que servem de elementos para a produção, perpetuação ou transformações de memórias. A categoria grupo “envolve interação regular entre seus membros e uma identidade coletiva comum. Isso significa que o grupo tem um senso de ‘nós’ que permite que seus membros se considerem como pertencendo a uma entidade separada” (OLIVEIRA, 2002, p. 34). Sendo assim, podemos inferir que não existe uma homogeneidade de pensamentos, crenças e desejos numa instituição; o que existe é um equilíbrio entre forças que se opõem constantemente, estabelecendo diferentes configurações de arranjos entre os seus membros. Se é verdade que uma instituição é constituída por uma complexa rede de relações estabelecidas, não somente nos papéis e registros oficiais, mas também através de práticas habituais, fundamentadas em valores e normas adotadas pelos sujeitos que as constituem e nela atuam, é também sabido que a identidade compartilhada é um poderoso fator de coesão de grupos.

As lembranças e os esquecimentos que constroem nossas instituições (e que são igualmente construídos por elas) são constantemente permeados por relações de disputas que se estabelecem entre os seus diversos grupos. Os indivíduos e as instituições são produções de constantes interações entre convergências ou disputas por poderes e saberes. Ademais, todo conhecimento só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saberes. Logo, no caso do Centro de Memória, já em construção, esses sujeitos sociais – permeados de individualidades e de coletividades – precisam de constituir a história-memória da UFRRJ, não apenas como ‘sujeitos que existem/existiram’, mas como grupo potenciais de preservação daquilo que contribui para a memória institucional.

No entanto, sabemos que as instituições são formas de saber. Como difusoras oficiais de uma construção de saber, temos a imagem de instituições que detêm poder, e que constituem,

não raro, informação (e memórias) que circulam visando à sua reprodução. Certamente a seletividade está em jogo e por isso torna-se imprescindível que conheçamos, nas instituições, suas regras e funcionamento, seus critérios e suas normas. A memória da instituição, dessa forma, “é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais” (THIESEN, 1997, p. 09).

Assim, como instituição, a universidade também cria mecanismos de controle para a afirmação de sua identidade, conferindo percepções e padrões de conduta a seus membros. E tais mecanismos, a nosso ver, se expressam a partir dos *discursos institucionais*. Ao exercer mecanismos de controle sobre a memória de seus membros, leva ao esquecimento, as experiências incompatíveis com a imagem de unidade e uniformidade que ela pretende ter de si mesma. A linguagem, como manifestação precípua de manutenção, por vezes, de uma identidade que não se deseja alterar, modifica-se, sim, a memória num caminho que poderia ter seguido outra construção.

Destaca-se, ainda, que aquilo que se expressa nesses espaços de memória – em memorial ou em centro de memória – não consegue desenvolver aquilo que, de tão simbólico ou imaterial, não se permite apreender nesses territórios. As imagens evocadas de um grupo, portanto, como parte do acervo memorialístico, dificilmente serão datadas e inscritas em um único contexto de apresentação desses elementos de caracterização desse coletivo. Tal percepção, à luz da experiência da UFRRJ e da TS, reforçam justamente a necessidade de termos, sempre, uma gestão institucional acadêmico-universitária que paute, em sua agenda de trabalho, uma rotina de cuidado com os acervos memoriais, no plural, da história ainda viva que apresenta e que identifica a instituição especialmente pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA MEMÓRIA COMO CENTRO NO CENTRO DE MEMÓRIA

Ao longo deste estudo, buscamos refletir sobre uma experiência com a construção e a manutenção da história institucional universitária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – uma instituição centenária e que tem, como identidade progressiva, o surgimento de um centro de pesquisa para cursos de formação ligados às ciências agrárias. Tendo cultivado um Centro de Memória, que procurou resgatar parte dessa história, buscamos problematizar o quanto ainda se constitui como distante essa sistematização da memória, muito em função de

uma ausência de memória institucional efetiva: entre a dialética do individual e do coletivo, com enfoque numa compreensão da memória social, porque institucional.

Buscamos partir, pela análise do que ainda perdura do Centro de Memória – utilizando-se da Teoria Semiolinguística –, do social, justamente por sê-lo o terreno das possíveis alianças, mas também das desavenças; lugar da cooperação, mas também das disputas e antagonismos. E é nesse devir complexo e múltiplo, nessa concepção de história não linear, e, sobretudo, extrapolando a própria concepção de memória social apenas como elemento homogêneo de ligação ou integração entre os homens é que procuramos nortear nossas reflexões nesse trabalho.

Pelas considerações tecidas, não propusemos uma extinção do Centro; pelo contrário: que possa ser, de fato, uma organização dessa memória institucional, tendo, como sugere o subtítulo, a memória como centro efetivamente, em função de se poder considerar outras composições das lembranças e das reminiscências, e, ainda, do esquecimento. Acrescentamos, assim, a proposta de um *memorial de formação*, em que fosse possível, neste mesmo espaço (inclusive físico) do Centro de Memória ter a guarda de lembranças institucionais também construídas pelos sujeitos que passaram por essa instituição: entre sujeitos, servidores docentes, servidores técnicos, por exemplo. À disposição do público que frequenta ou que pesquisa sobre a história da UFRRJ, esses outros dispositivos poderiam ser acessados como ferramentas essenciais à construção coletivo-social da identidade – revisitada em muitos momentos ao longo desses cem anos – por essas pessoas que tiveram, um dia, relação com a Universidade. Ou, como costumam dizer, se entenderam como “ruralinos”.

Na tentativa de conceituar o que, de fato, seriam esses memoriais, acabamos por propor novo gênero discursivo para contemplar aquilo que essas produções poderiam construir junto à própria memória já elaborada junto à Universidade, apesar de recortada. E mais: abrem espaço para pensarmos por que, efetivamente, poderíamos pensar nessa construção como algo para além da narração descritiva. Algo formativo, tal como a memória poderia ser efetivamente concebida, e ainda mais particularmente se pensarmos que falamos de um espaço de formação como o é a universidade como instituição. O *memorial de formação*, assim, poderia se compor como essa outra memória-história institucional a agregar o espaço da UFRRJ.

Da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mais de cem anos. Quantas memórias cabem nessas histórias? Um Centro, em memoriais de formação, pode contribuir para essa organização. No plural, porque institucional. Entre sujeitos, porque têm sido muitos e diversos os atores que

passam e transitaram por esse espaço. De memoriais, por fim, para que a memória-história-memória ainda se mantenha, espaços-tempos para a conservação dessa universidade pública.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Uma Análise Semiolinguística do Texto e do Discurso*. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). **Da língua ao discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CM/UFRRJ. Sítio do Centro de Memória da UFRRJ. 2022. Disponível em <http://r1.ufrrj.br/centrodememoria/>. Acesso em julho de 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de. **UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO – discurso, memória e identidade: gênese e afirmação**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) PPGMS. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa (tomo 1)**. Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.